

CADERNO ORIENTADOR

AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS

NOVO ENSINO MÉDIO

REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL

N O V O
Ensino
Médio

Secretaria
de Educação

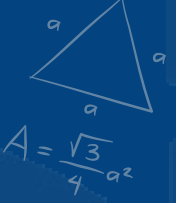




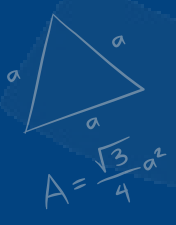
$$V = \frac{4}{3} \pi r^3$$



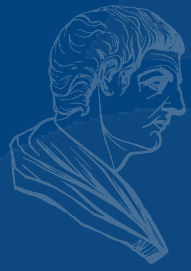
$$x = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$



$$A = \frac{\sqrt{3}}{4} a^2$$



$$A = \frac{\sqrt{3}}{4} a^2$$



$$V = \frac{4}{3} \pi r^3$$



$$x = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

CADERNO ORIENTADOR

AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS

**NOVO ENSINO MÉDIO
REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL**

2022

Governador do Distrito Federal

Ibaneis Rocha

Secretária de Estado de Educação

Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

Secretário Executivo de Educação

Isaías Aparecido da Silva

Subsecretária de Educação Básica

Solange Foizer Silva

Subsecretária de Educação Inclusiva e Integral

Vera Lúcia Ribeiro de Barros

Subsecretária de Formação Continuada dos Profissionais da Educação

Maria das Graças de Paula Machado

Subsecretária de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação

Mara Gomes

Subsecretário de Apoio às Políticas Educacionais

Nivaldo Vieira Félix

Subsecretária de Gestão de Pessoas

Ana Paula de Oliveira Aguiar

Subsecretário de Infraestrutura Escolar

Leonardo Chaves Fehlberg Balduino

Subsecretário de Administração Geral

Maurício Paz Martins

Chefe da Unidade de Gestão Estratégica da Educação Básica

Maria Susley Pereira

Diretor de Ensino Médio

Júlio César da Silva

Diretor de Educação em Tempo Integral

David Fernando Nogueira da Silva

Diretora de Educação Profissional

Joelma Bomfim da Cruz Campos

Gerente de Atenção ao Novo Ensino Médio

Thiago Freire

Gerente de Atenção ao Ensino Médio

Cristiano de Souza Calisto

Coordenador Geral do Ensino Médio em Tempo Integral

Dymas Júnior de Souza Oliveira

Gerente de Integração com o ensino Médio e com a EJA

Vanessa Pereira Arruda

Equipe Técnico-pedagógica

Ana Cristina de Almeida

Ana Paula Vianna de Oliveira da Rocha

André Melo Franco Lorena de Barros

Andrea Luiza Ferreira

Bruno Luiz Sousa Clemente

Éric Carneiro dos Santos

Estevão Campos de Paiva

Francisco Gomes de Sá

Getúlio Lins Gomes

Jacqueline Almeida Pontevedra

Karynne Hellen Pinto de Oliveira

Klever Corrente Silva

Leiva Cristina Severino Botelho

Lúcia Nascimento Andrade

Márcio Mello Nobrega Soares

Marco Antônio Custodio Queiroz

Pedro Lucena Pinheiro Junior

Tony Marcelo Gomes de Oliveira

Wagner de Oliveira Pequeno

Consultora de Gestão do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED

Fernanda Lisboa da Silva

Ilustrações

Canva Pro

WordClouds.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D614c

Distrito Federal.

Caderno orientador : avaliação para as aprendizagens - Novo Ensino Médio - Rede Pública de Ensino do Distrito Federal / Secretaria de Estado de Educação - SEEDF: Brasília, Distrito Federal: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2022.

50 p. : il.; 30 cm.

Inclui referências.

1. Avaliação. 2. Novo Ensino Médio. I. Aprendizagens. II. Título.

CDD 370.11

Avaliar para melhorar as aprendizagens não é a concepção dominante, é a concepção emergente.

(FERNANDES, 2005, p. 12)

APRESENTAÇÃO

O Novo Ensino Médio traz consigo alterações que vão além dos campos curriculares e pedagógicos. São mudanças de paradigmas, nas formas de entender e realizar o fazer pedagógico, na maneira de lidar com a formação do estudante.

Essas alterações impulsionam a necessidade de revisitação das práticas pedagógicas e do processo avaliativo, compreendendo o estudante em suas individualidades e incentivando-o a protagonizar, com autonomia e responsabilidade, o próprio processo de escolarização, as suas escolhas e o seu futuro.

Diante disso, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF apresenta este **Caderno Orientador - Avaliação para as Aprendizagens - Novo Ensino Médio - Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**, pautando-se na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; na Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; na Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular - BNCC para o Ensino Médio; e no Currículo em movimento do Ensino Médio, homologado pela Portaria nº 507, de 30 de dezembro de 2020, publicada no DODF de 04 de janeiro de 2021, tendo por base o Parecer nº 112/2020-CEDF, de 08 de dezembro de 2020, que foi reformulado, em busca de atender às perspectivas da nova organização da etapa.

As orientações aqui apresentadas foram elaboradas com base nas experiências das unidades escolares-piloto, que participaram da implementação do Novo Ensino Médio nos anos de 2020 e 2021, bem como resultam de estudo e pesquisa em prol da efetivação da oferta do Ensino Médio, de acordo com a política pública adotada em nível nacional (Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, CNE).

Assim, espera-se que estas orientações possam contribuir para o desenvolvimento da avaliação para as aprendizagens, como fonte de informações para a organização do trabalho pedagógico e como processo significativo e engajador junto a todos os estudantes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
A AVALIAÇÃO NA ESTRUTURA DO NOVO ENSINO MÉDIO	11
FUNÇÕES DA AVALIAÇÃO	14
A Avaliação Formativa	14
A Avaliação Diagnóstica	17
A Avaliação Somativa	18
INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS PARA AS APRENDIZAGENS	20
Autoavaliação	21
PROJETO DE VIDA E A AVALIAÇÃO	22
NOTA, MENÇÃO, RESULTADO	25
Na Formação Geral Básica	25
Nos Itinerários Formativos e Integradores, nas Trilhas e nos Projetos	26
No Itinerário de Formação Técnica e Profissional	26
AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS NO NOVO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL - NEMTI	29
AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS NO ITINERÁRIO DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL - IFTP	31
PROJETO INTERVENTIVO - UNIDADE CURRICULAR PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	33
PROJETOS PARA RECUPERAÇÃO CONTÍNUA DAS APRENDIZAGENS - DURANTE O PROCESSO	35
RECUPERAÇÃO FINAL DA SÉRIE	36
PROGRESSÃO E RESULTADOS FINAIS	38
Resultados finais - Componentes Curriculares e Áreas do Conhecimento	38
Itinerários, Trilhas e Projetos	38
Média Final	39
Na Formação Geral Básica	39
Nos Itinerários, nas Trilhas e nos Projetos	41

PROGRESSÃO E TERMINALIDADE - FASE 1 E FASE 2	42
Fase 1	42
Fase 2	43
CONSELHO DE CLASSE	44
PERCURSO DO ESTUDANTE NO NEM - RESUMO	45
OUTRAS LEITURAS	46
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

Pensar sobre a avaliação que ocorre no âmbito da unidade escolar implica, inicialmente, compreender que a avaliação é um processo que integra, de maneira indissociável e interdependente, o trinômio da organização do trabalho pedagógico: avaliação-ensino-aprendizagem.

Considerando essa tríade, frente ao momento de mudanças na última etapa da escolarização na Educação Básica, várias razões são suscitadas para se pensar, com mais afinco, o papel da avaliação no contexto educativo. Uma delas está na reflexão sobre as definições de avaliação, em particular, a avaliação para as aprendizagens, defendida pela SEEDF como a de natureza formativa.

A avaliação formativa, integrada nos processos de ensino e de aprendizagem, caracteriza-se como a avaliação que busca viabilizar as aprendizagens, a partir do que os estudantes demonstram saber em relação aos objetivos definidos, sobretudo, alicerçando-se na avaliação diagnóstica, com vistas ao (re)planejamento de estratégias pedagógicas.

Assim, três funções da avaliação - formativa, diagnóstica e somativa - são evidenciadas com o propósito de salientar que todas estão a serviço das aprendizagens. As diferenças entre tais funções estão relacionadas diametralmente à intencionalidade em que são elaboradas e aplicadas, considerando, inclusive, as intervenções propostas seguidamente. É possível, inclusive, que essas funções estejam associadas dentro do processo educativo, integradas desde o planejamento até o acompanhamento das aprendizagens dos estudantes.

Entende-se, pois, que essas três funções da avaliação prestam-se a propósitos diferenciados, porém possuem relação dialógica e de complementaridade e favorecem a compreensão mais acurada do que os estudantes sabem e são capazes de fazer, com vistas às intervenções a serem empreendidas frente às aprendizagens não evidenciadas.

Diante disso, destaca-se que a clareza quanto às diferentes intencionalidades na avaliação é fundamental para a definição de como o processo se desenvolverá, bem como dos instrumentos avaliativos e das formas de registro a serem adotados ao longo do percurso.

Nessa perspectiva de avaliação, a matriz curricular do Novo Ensino Médio no Distrito Federal, que é composta por Fases (1 e 2), séries (1ª, 2ª e 3ª), semestres (1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º) e ofertas (A e B), organiza as diferentes temporalidades do trabalho pedagógico, bem como o currículo, estruturado por Áreas do Conhecimento e composto de Formação Geral Básica e de Itinerários Formativos.

Essa configuração redefine os territórios disciplinares e suas fronteiras, estimulando planejamentos integrados, aulas diversificadas, por meio de projetos e metodologias ativas, bem como o desenvolvimento do processo avaliativo na perspectiva formativa.

Após breve reflexão sobre as funções da avaliação e das possibilidades trazidas pela nova organização curricular para o Ensino Médio, discute-se, neste Caderno Orientador, sobre instrumentos e procedimentos avaliativos e seus registros, as intervenções sistemáticas previstas, a progressão dos estudantes e a terminalidade do processo nos diferentes contextos de aprendizagem: Formação Geral Básica - FGB, Itinerários Formativos - IF, Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI e Itinerário de Formação Técnica e Profissional - IFTP.

As orientações apontam para a concretização do processo avaliativo orientado pela intencionalidade de ser formativo e ético e, sobretudo, para o alcance dos objetivos no Novo Ensino Médio, tendo em vista o protagonismo juvenil e as aprendizagens de todos os estudantes.

A AVALIAÇÃO

NA ESTRUTURA DO NOVO ENSINO MÉDIO



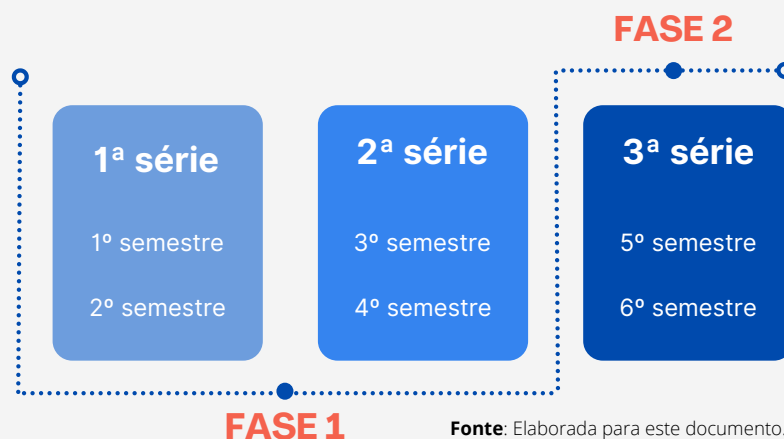
O currículo do Ensino Médio, na sua nova estrutura, é organizado por Áreas do Conhecimento que contemplam a Formação Geral Básica - FGB e os Itinerários Formativos - IF.

Na FGB, o professor aborda conhecimentos, habilidades e competências próprias das diferentes Áreas do Conhecimento, conforme previstas pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC: Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa); Matemática; Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química); e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia).

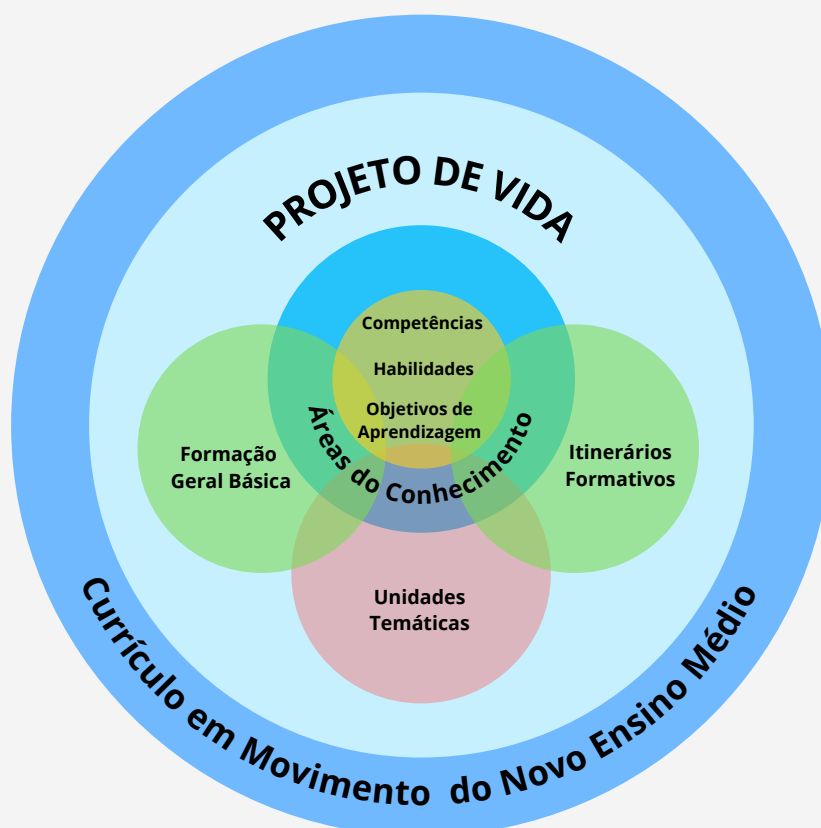
Por sua vez, os IF são compostos por unidades curriculares - Eletivas e Trilhas de Aprendizagem - que buscam aproximar os estudantes de situações complexas do mundo contemporâneo, em prol da construção de seu Projeto de Vida, bem como do caminho escolhido por eles, de forma orientada, para o desenvolvimento de seus objetivos de aprendizagem.

No Distrito Federal, o regime do Novo Ensino Médio é anual e seriado, disposto em duas Fases: 1 (1ª e 2ª séries) e 2 (3ª série) e duas ofertas curriculares distintas alternadas entre os semestres.

A divisão em Fases busca contemplar o período de adaptação do estudante à nova etapa da Educação Básica, possibilitando acolhimento e compreensão quanto às diferenças na organização do trabalho pedagógico na FGB e nos IF, bem como quanto ao seu envolvimento para a construção do seu Projeto de Vida.



No processo avaliativo, a FGB e os IF são indissociáveis e intercomplementares e, em que pese a diferença entre cargas horárias, possuem mesmo grau de importância no planejamento e na aplicação dos instrumentos e procedimentos avaliativos, pois se pautam nos objetivos de aprendizagem do Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal, conforme ilustrado a seguir.



Fonte: Elaborada para este documento.

A avaliação no Novo Ensino Médio requer a necessária coerência entre a prática pedagógica e as intencionalidades avaliativas durante o processo, com vistas a identificar potencialidades e fragilidades nas aprendizagens do estudante e orientá-lo para progredir continuamente na FGB e nos IF e, conseqüentemente, em sua escolaridade.

Assim, o processo avaliativo no Novo Ensino Médio é concebido como dinâmico, valendo-se da compreensão e confluência das diferentes funções da avaliação no cotidiano da sala de aula, com vistas às aprendizagens de todos os estudantes, conforme é discutido no próximo capítulo.

A avaliação no Novo Ensino Médio no Distrito Federal tem caráter formativo, processual, contínuo, dialógico e cooperativo e deve refletir o desenvolvimento do estudante, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, em prol da coleta de informações que permitam reflexão e retomada da prática pedagógica e o alcance dos objetivos aprendizagens.

AVALIAÇÃO NO NOVO ENSINO MÉDIO NO DISTRITO FEDERAL.

FUNÇÕES DA AVALIAÇÃO

FORMATIVA, DIAGNÓSTICA E SOMATIVA



A avaliação faz parte da vida do ser humano. Avalia-se em diferentes circunstâncias e por diversos motivos na vida cotidiana. Naturalmente, no campo educacional, a avaliação ocorre e se desenvolve em favor de vários objetivos, voltados não apenas ao estudante, mas também ao professor, à escola, à família e ao sistema educacional como um todo (SACRISTÁN, 1998).

Nesse contexto, a avaliação desempenha diferentes funções, as quais se efetivam em momentos distintos no processo educativo e servem a diferentes tipos de tomada de decisão, podendo ser formativa, diagnóstica ou somativa. É sobre cada uma delas que se discutirá a seguir.

A AVALIAÇÃO FORMATIVA

A avaliação faz parte do ensinar e aprender e, assim sendo, é suporte para as aprendizagens e fonte de dados que orientam o ensino. Sob essa perspectiva, a avaliação é promotora das aprendizagens e continuamente formativa.

Desenvolver o processo avaliativo intencionalmente de maneira formativa o torna:

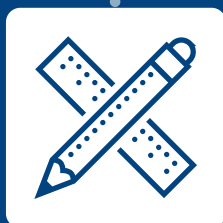


FONTE DE INFORMAÇÕES SOBRE OS PROGRESSOS DOS ESTUDANTES.

Tais informações são essenciais a todos, tanto ao professor como, igualmente, a cada estudante, que, no decorrer do processo, aprende sobre si, sobre o que e como pode melhorar suas aprendizagens, sobre o que já aprendeu e o que ainda lhe falta aprender.

REGULADOR DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS.

A avaliação, sob este prisma, é vista como integradora e orientadora da prática pedagógica e das aprendizagens e como processo privilegiado de regulação sistemática e contínua das intervenções e decisões didáticas.



DEMOCRÁTICO E DIALÓGICO.

A avaliação favorece a participação do professor e do estudante na tomada de decisões que se referem às interações didático-pedagógicas e, quando assim ocorre, estabelece ambiente permanente de diálogo a respeito dos objetivos definidos, dos critérios e dos procedimentos e instrumentos avaliativos, assim como das estratégias pedagógicas planejadas, a fim de alcançar cada objetivo.



Fonte: Pereira (2015) - Adaptada

O Plano de Implementação do Novo Ensino Médio preconiza a organização pedagógica para as aprendizagens no espaço escolar, de modo que essas aprendizagens sejam recursos para a vida, os quais o estudante possa fazer uso nas mais diversas situações e não apenas em momentos circunstanciais na sala de aula.

Seguindo esse pensamento, diante do propósito de se realizar a avaliação formativa, comprometida com as aprendizagens de TODOS os estudantes, o que de fato vai determinar é a coerência pedagógico-avaliativa, considerando, em especial, a concepção e a estrutura do Novo Ensino Médio.

Assim, é oportuno ressaltar que a avaliação formativa se concretiza quando se oportuniza, no espaço escolar, o *feedback*, ato basilar para que os estudantes regulem suas aprendizagens. Por isso, o papel mediador dos professores se torna ainda mais expressivo, uma vez que, por meio dos *feedbacks*, os estudantes se veem protagonistas no tocante à sua autoavaliação e, conseqüentemente, na autorregulação de seus progressos e de seus conhecimentos.

Os *feedbacks* do professor, tanto orais quanto escritos, favorecem aos estudantes a oportunidade de enxergar como andam suas aprendizagens. São orientações sobre o que os estudantes pensam, escrevem ou produzem em relação aos objetivos de aprendizagem.

Cabe ressaltar que os *feedbacks* têm a intenção de qualificar as aprendizagens e, sob essa perspectiva, é importante cuidar para que as devolutivas sejam claras e construtivas, fim de despertar "sentimentos de segurança, confiança e autoestima, fundamentais para o desenvolvimento de sua autonomia e de seu envolvimento no processo de aprendizagem" (FERNANDES, 2016, p. 235).

A avaliação solicita, durante todo o processo, contar com diferentes instrumentos e procedimentos avaliativos, planejados e elaborados para qualificar as aprendizagens, caracterizando-se, assim, como avaliação formativa.

A intencionalidade formativa no processo avaliativo no Novo Ensino Médio abarca outras duas funções da avaliação: a avaliação diagnóstica e a avaliação somativa, abordadas em seguida.

Orientações com o objetivo de esclarecer o que o estudante tem a aprender, em que momento se encontra em relação às aprendizagens e o empenho que precisa ter para autorregular suas aprendizagens, com motivação.

FEEDBACK

Fonte: Elaborada para este documento.

A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A avaliação diagnóstica é a avaliação intencionalmente realizada para identificar quais são os conhecimentos prévios do estudante, a fim de torná-los pontos de referência para novas aprendizagens, bem como para a organização do trabalho pedagógico. É realizada a cada início de processo para a proposição de intervenções pedagógicas adequadas: início de ano letivo, bimestre, unidade temática, aula, projeto, sequência didática, entre outros.

As intervenções abarcam os objetivos, as habilidades e as competências, bem como o cenário sócio-cultural e cognitivo do estudante, elementos que influenciam na tomada de decisão, na formulação de estratégias didático-pedagógicas e/ou de metodologias a serem empregadas, revelando, desse modo, a importância da avaliação diagnóstica para a prática docente.

Ressalta-se que realizar o diagnóstico é tão significativo para o docente quanto ao próprio estudante, porque oferece informações sobre seus conhecimentos, favorece a participação em suas aprendizagens e possibilita a autoavaliação. Ademais, a avaliação diagnóstica proporciona ao estudante a compreensão de que o conhecimento vai sendo construído a partir de conhecimentos que ele já possui.

A função da avaliação diagnóstica é identificar os conhecimentos já existentes sobre determinado objeto do conhecimento. As informações obtidas devem, portanto, ser utilizadas como recursos para as intervenções pedagógicas, focalizando os objetivos a serem conquistados pelo estudante, em vez de classificações.

O diagnóstico resultante dessa investigação inicial permite ao docente ajustar a sua abordagem às necessidades de aprendizagem observadas na turma. Assim sendo, quanto mais frágil o conhecimento prévio do estudante, mais atenção se deve ter em relação às necessidades de estratégias pedagógicas adequadas.

Com esse processo avaliativo, é possível definir o ponto de partida para as situações de aprendizagem que compõem a unidade ou o componente curricular, ajustando o planejamento docente e, principalmente, prevenindo a detecção tardia das necessidades de aprendizagem do estudante.

A AVALIAÇÃO SOMATIVA

A avaliação somativa é realizada com o propósito de verificar resultados quanto ao desempenho dos estudantes e acontece em momentos pré-estabelecidos. Os envolvidos têm nítido conhecimento de que ela está sendo realizada: ao final do ano letivo, bimestre, semestre, unidade temática, projeto, sequência didática, entre outros.

Assim, sua função não é a de acompanhar de forma contínua o processo, mas de fornecer informações sintéticas sobre o que os estudantes demonstram saber e/ou fazer em determinado momento.

Da mesma maneira que a avaliação formativa, a avaliação somativa também tem papel relevante nos processos de ensino e de aprendizagem dos estudantes. Entretanto, estas duas funções da avaliação são diferentes, embora sejam complementares entre si. "Uma não é nem pior, nem melhor que a outra, elas apenas têm objetivos diferenciados" (FERNANDES; FREITAS, 2007, p. 20).

A avaliação somativa possibilita ao professor, por meio de novos ou mais elementos, computar o que os estudantes sabem e têm condições de realizar ao fim de uma unidade, de um bimestre, semestre etc.

É comum associar a avaliação somativa a um modelo de avaliação que seleciona, classifica e exclui. Contudo o que vai determinar a natureza excludente e classificatória é a intencionalidade, o emprego e o proveito que se tira dela, considerando as concepções de educação e de avaliação que se tem.

A conexão entre a avaliação formativa e a somativa possibilita o alcance de dois objetivos principais: contribuir para que ocorram aprendizagens e informar o que foi aprendido, sinteticamente, para fins de registro e publicação.

Retoma-se a importância da avaliação diagnóstica, que se inclui nessa conexão entre a avaliação formativa e a somativa, de forma a garantir o conhecimento, o mais apurado possível, sobre o andamento das aprendizagens dos estudantes para facilitar e viabilizar a progressão contínua dessas aprendizagens.

Tem-se, nesse contexto, a intenção latente de se considerar o estudante como sujeito e coautor no processo pedagógico, dialogando, de forma harmoniosa, com o Novo Ensino Médio, no que diz respeito à expectativa de desenvolver o seu protagonismo, a sua responsabilidade e autonomia, a fim de que participe ativamente do seu processo de aprendizagem.

Para tanto, espera-se que os estudantes compreendam, com nitidez, e se sintam seguros quanto à nova estrutura da etapa final da Educação Básica e o processo avaliativo desenvolvido, a fim de terem ciência da natureza e da intenção do percurso formativo realizado durante sua Formação Geral Básica, relacionando, de forma consciente, os saberes e fazeres no seu Itinerário Formativo.

Sendo assim, apresentar e discutir, junto aos estudantes, os objetivos de aprendizagem e os critérios avaliativos é o ponto de partida para inseri-los no trinômio avaliação-ensino-aprendizagem como partícipe e protagonistas dos processos, conforme prevê o Novo Ensino Médio.

Síntese



Formativa

Função: regular.

Intencionalidade: fornecer informações para qualificar as aprendizagens.

Momento: ao longo dos processos de ensino e de aprendizagens, durante todo o período letivo.



Diagnóstica

Função: diagnosticar.

Intencionalidade: saber se há ou não conhecimentos prévios para novas aprendizagens.

Momento: início do ano letivo, do bimestre, do semestre, da aula, do projeto, da sequência diática, de projeto, entre outros.



Somativa

Função: classificar, certificar.

Intencionalidade: classificar os resultados (por notas ou menções) do desempenho do estudante, conforme os objetivos de aprendizagens.

Momento: final do ano letivo, do bimestre, do semestre, da aula, do projeto, da sequência diática, entre outros.

Recomenda-se o uso de, no mínimo, de quatro instrumentos/procedimentos avaliativos por semestre na FGB, sendo estes de, pelo menos, duas tipologias distintas, podendo ser elaborados entre Áreas do Conhecimento e componentes curriculares, de acordo com a construção coletiva do corpo docente.

AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação é um dos procedimentos essenciais na avaliação formativa e se relaciona intimamente com as perspectivas do Novo Ensino Médio, no que diz respeito à formação de estudantes protagonistas.

Espera-se que a participação do estudante nos processos de ensino e de aprendizagem seja central e cada vez mais ativa e, assim sendo, possa promover a consciência da responsabilidade por suas próprias aprendizagens como passo significativo para a formação de sua autonomia e, conseqüentemente, do seu protagonismo.

Ressalta-se a importância do estímulo à autoavaliação como prática cotidiana no processo de autorregulação das aprendizagens, bem como para o desenvolvimento de competências socioemocionais.

Chama-se a atenção, no entanto, para o cuidado em não tornar a autoavaliação um procedimento avaliativo com aspecto classificatório, com atribuição de nota, por exemplo.

A autoavaliação faz sentido quando possibilita ao estudante pensar sobre o seu envolvimento no trabalho pedagógico, enxergar-se como partícipe do processo e responsável por seus progressos e por suas aprendizagens em parceria com o docente.




[...] a avaliação formativa e a avaliação somativa não se distinguem por meio dos processos de recolha de informação ou, dito de outra forma, através do chamados “instrumentos de avaliação”. Na verdade, todo e qualquer processo de recolha de informação ou todo e qualquer “instrumento de avaliação” pode ser utilizado quer nas práticas de avaliação somativa quer nas práticas de avaliação formativa. O que realmente é diferente é a utilização que se faz dos resultados obtidos. Se os resultados forem utilizados para classificar os alunos, então estamos perante uma avaliação somativa com propósitos classificatórios. Se, por outro lado, forem utilizados para dar feedback aos alunos, dando-lhes orientações que lhes permitam regular e autorregular as suas aprendizagens, então estamos perante uma avaliação somativa sem fins classificatórios. Por natureza, as informações obtidas através da avaliação formativa não deverão ser mobilizadas para efeitos de se atribuírem classificações aos alunos e é importante refletir sobre esta questão.

(FERNANDES, 2021, p. 7)

PROJETO DE VIDA

E A AVALIAÇÃO



A unidade curricular Projeto de Vida oportuniza aos estudantes a construção de estratégias para a reflexão sobre a sua trajetória escolar do estudante na construção das dimensões pessoal, social e profissional, motivando e despertando o interesse para que possa construir o que espera para si e para o mundo no futuro, diante dos desafios apresentados e percebidos na vida.

A orientação do professor, nesse contexto, objetiva apoiar o estudante no desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais, a partir de um *continuum* crítico-reflexivo para as suas escolhas de vida.

Contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para a comunicação, a criatividade, o autoconhecimento, o autocontrole, a curiosidade, a empatia e o relacionamento interpessoal, e não apenas para as de cunho cognitivo, conforme propõe a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, é a centralidade da organização do trabalho pedagógico, na perspectiva de orientar o estudante para a seu projeto de vida.

A sociedade contemporânea é complexa, ambígua, dinâmica e desafiadora e impõe ao estudante o desenvolvimento crescente de sua postura protagonista, de respeito às individualidades, com comportamento crítico, analítico e questionador.

Assim sendo, a estrutura econômica, política, social e o mundo do trabalho e acadêmico, com suas especificidades, imprevisibilidades e exigências atuais, alavancadas pela imposição da vida em espaços digitais, das escolhas individuais, das mudanças nos padrões de comportamento são objetos de reflexão junto ao estudante.

A unidade curricular Projeto de Vida, nesse contexto, demonstra o seu caráter transversal em relação à FGB, a partir do Itinerário Formativo e por meio de estratégias capazes de atuar na qualificação processos de escolhas, de transição e de aprendizagens ao longo da vida.

A partir de objetivos de aprendizagem, organizados em níveis de complexidade crescente a cada semestre, em todos os seis semestres do Ensino Médio, a unidade curricular Projeto de Vida busca desenvolver quatro dimensões:



Fonte: Elaborada para este documento.

Buscar estratégias pedagógicas que possam favorecer o desenvolvimento dessas dimensões incidirá diretamente na ampliação do potencial humano do estudante, facilitando a sua capacidade de criar e inovar, ousar e querer.

O trabalho pedagógico na unidade curricular Projeto de Vida requer mediação e orientação, a fim de tornar o projeto de vida do estudante cada vez mais consciente e, sendo assim, a avaliação contribui para a identificação de habilidades que podem ser desenvolvidas junto a ele, a fim de que se empenhe para a construção de uma vida e um mundo melhor.

Assim, a avaliação pode ser estruturada, tendo em vista **analisar índices de diferentes elementos**, os quais interferem diretamente no projeto de vida e/ou são decorrentes dele, para a proposição de atividades e, sobretudo, para o direcionamento das orientações docentes junto ao estudante, em prol de seu projeto de vida:



Fonte: Elaborada para este documento.

NOTA, MENÇÃO E RESULTADO

NA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA
NOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS
NOS ITINERÁRIOS INTEGRADORES
NO ITINERÁRIO DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL
NOS PROJETOS INTERVENTIVOS
NO PROJETO DE VIDA



NA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA - FGB

Os registros dos resultados da avaliação na FGB ocorrem em escala numérica de notas de **0 (zero) a 10 (dez)** por componente curricular, com carga horária anual e registros de notas bimestrais e ao final do ano letivo.

A **média simples** na FGB é **de 5,0 (cinco) pontos por componente curricular**, sendo aplicada nova média simples, em escala numérica de 0 (zero) a 10 (dez), por Área do Conhecimento, de modo a gerar **a média de cada Área**.



A **Língua Espanhola**, embora seja unidade curricular dos Itinerários Formativos, para efeitos de registro dos resultados da avaliação, deverá seguir as orientações destinadas aos componentes curriculares e às Áreas do Conhecimento da Formação Geral Básica.

NOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS NOS ITINERÁRIOS INTEGRADORES NAS TRILHAS DE APRENDIZAGEM NOS PROJETOS INTERVENTIVOS NO PROJETO DE VIDA

Os Itinerários Formativos e os Itinerários Integradores estão organizados por semestre e devem ter registros expressos em única menção, com as seguintes definições, considerando os níveis de envolvimento do estudante:



Envolvimento Pleno (EP) - Resultante da avaliação do estudante que se apropriou dos conhecimentos previstos pelos objetivos de aprendizagem, bem como se empenhou de forma integral nos IF.



Envolvimento Satisfatório (ES) - Resultante da avaliação do estudante que se comprometeu de forma parcial com os IF, mas obteve resultado satisfatório quanto aos conhecimentos previstos pelos objetivos de aprendizagem.



Envolvimento Regular (ER) - Resultante da avaliação do estudante que se comprometeu de forma parcial com os IF ou se comprometeu pouco e, apesar das orientações e intervenções docentes, obteve resultado regular quanto aos conhecimentos previstos pelos objetivos de aprendizagem.

Nesse caso, é essencial a oferta, ao estudante, de estratégias que visem a recuperação contínua das aprendizagens. Assim, faculta-se a indicação de unidade curricular Eletiva, que contenha objetivos de aprendizagens equiparáveis, no contexto da Área do Conhecimento, ou a realização de Projeto para Recuperação Contínua das Aprendizagens.

NO ITINERÁRIO DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL

Os cursos da Educação Técnica e Profissional possuem organização própria. Assim sendo, o planejamento dos instrumentos/procedimentos avaliativos e o registro dos resultados da avaliação (menções) cabe ao docente, de acordo com o Plano de Curso aprovado.

A partir da avaliação formativa, aliada às informações coletadas por meio da avaliação somativa, os docentes indicam ações para recuperação, em prol de aprendizagens não efetivadas, podendo ser:



Projeto para Recuperação Contínua das Aprendizagens

O Projeto para Recuperação Contínua das Aprendizagens é desenvolvido, no decorrer do bimestre e/ou do semestre, pelo próprio docente do componente curricular ou do Itinerário Formativo ou, ainda, pela equipe docente da Área do Conhecimento, junto ao estudante que apresenta fragilidades nas aprendizagens.

Trata-se de oportunizar aprendizagens ao estudante, por meio de projeto interdisciplinar e que contemple a Área do Conhecimento e os objetivos de aprendizagem previstos no Currículo em Movimento, de forma orientada pela equipe docente ao longo do bimestre/semestre.

Esse Projeto pode ser desenvolvido em dois momentos: durante o bimestre e/ou semestre letivo, quando o docente perceber a necessidade do estudante ou após o término do semestre, no caso de o estudante com menção “Envolvimento Regular (ER)” em uma Eletiva.

Quando o Projeto for aplicado ao longo do bimestre/semestre letivo, é possível mudar a nota ou a menção do estudante, a partir de novo lançamento no instrumento ou processo avaliativo que foi foco. Quando o projeto for aplicado após o ano letivo, a nota e menção não podem ser alteradas.



Projeto Interventivo

Trata-se de unidade curricular a ser ofertada no semestre subsequente, como intervenção pedagógica obrigatória aos estudantes que apresentarem média abaixo de 5,0 (cinco) pontos nos componentes curriculares da FGB.

Caso a equipe docente entenda que o estudante com média acima de 5,0 (cinco) pontos também apresente fragilidades, poderá indicar intervenção específica, por meio de Projeto Interventivo no semestre subsequente ou por meio de Projeto para Recuperação Contínua das Aprendizagens, quando o estudante apresentar incompatibilidade de horário

Considerando que todo projeto vislumbra algum tipo de intervenção, o Projeto Interventivo tem o propósito claro de intervir de forma pujante para promover aprendizagens não alcançadas. Então, o Projeto Interventivo apresenta características próprias, sendo contínuo, por ser desenvolvido ao longo de todo o ano letivo, porém é temporário no atendimento aos estudantes (VILLAS BOAS, 2010). É, ainda, diversificado e flexível, evitando a padronização e repetição de estratégias didático-pedagógicas utilizadas no cotidiano da sala de aula.

O Projeto Interventivo é de responsabilidade primeira do docente. Entretanto, a equipe gestora, a coordenação pedagógica, a orientação educacional, os pedagogos e os psicólogos são partícipes e corresponsáveis nesse processo. Ademais, o envolvimento de todos favorece o resgate das aprendizagens em diferentes campos, por meio de estratégias diversificadas e em tempos e espaços escolares flexibilizados.

Quanto aos critérios de indicação para Projeto Interventivo ou ação específica ou Eletiva, tem-se:

- Notas acima de 7,5 (sete e meio) pontos - Não é necessário Projeto Interventivo.
- Notas entre 5,0 (cinco) e 7,5 (sete e meio) pontos - Fica a critério da escola, a partir da análise da situação de cada estudante, a indicação de Projeto Interventivo ou Eletiva que compreenda Objetivos de Aprendizagens similares.
- Notas abaixo de 5,0 (cinco) pontos - É necessária a indicação de participação do estudante em Projeto Interventivo e ações interventivas propostas pela unidade escolar.

O Projeto Interventivo **não tem função de recuperação de notas** atribuídas à média do componente curricular ou da unidade curricular Eletiva, mas de intervenção para o alcance de objetivos de aprendizagem por parte dos estudantes.

Para alteração de menções ou notas, deverá ser utilizado o Projeto para Recuperação das Aprendizagens.

AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS

NO NOVO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL - NEMTI



A avaliação, na prerrogativa do NEMTI, considera os objetivos de aprendizagens, as Competências da BNCC, bem como os instrumentos e/ou procedimentos avaliativos que contribuam para a formação do ser integral em todas as suas dimensões. A avaliação é formativa, por meio do uso de diferentes instrumentos e/ou procedimentos avaliativos, bem como da prática do *feedback*.

Ressalta-se que a avaliação, nessa perspectiva, precisa estar alinhada às estratégias pedagógicas, teóricas e práticas, intencionalmente planejadas para favorecer as aprendizagens.

O processo avaliativo do NEMTI é, pois, pautado no desenvolvimento das dimensões sociais, emocionais, cognitivas, físicas e cultural a partir de ações pedagógicas que atendam aos interesses e às expectativas dos estudantes, bem como na perspectiva da avaliação formativa, pois o processo avaliativo tem caráter contínuo, processual e deve refletir o desenvolvimento global do estudante, com preponderância dos aspectos qualitativos aos quantitativos, de modo que a avaliação norteie o desenvolvimento do Projeto de Vida, sendo essencial o diálogo contínuo e sistemático junto ao estudante.

A partir dos resultados da avaliação, os docentes devem refletir sobre suas práticas pedagógicas para que possam reorganizá-las, por meio de novas metodologias e estratégias diversificadas, subsidiando novos percursos pedagógicos.

Os docentes que atuam na Parte Flexível do Novo Ensino Médio em Tempo Integral - NEMTI devem elencar objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e atribuir menções. Tais objetivos devem ser previamente construídos na elaboração de cada unidade curricular, nos Projetos Pedagógicos de Matemática e Língua Portuguesa e da Formação de Hábitos Sociais e Individuais do Itinerário Integrador - II, com a participação dos estudantes.

A Formação de Hábitos Sociais e Individuais constitui-se espaço-tempo para o desenvolvimento das ações educativas individuais e sociais, tais como os clubes de protagonismos, cineclubes, rádios, movimentos culturais e artísticos, propiciando o desenvolvimento do protagonismo juvenil.

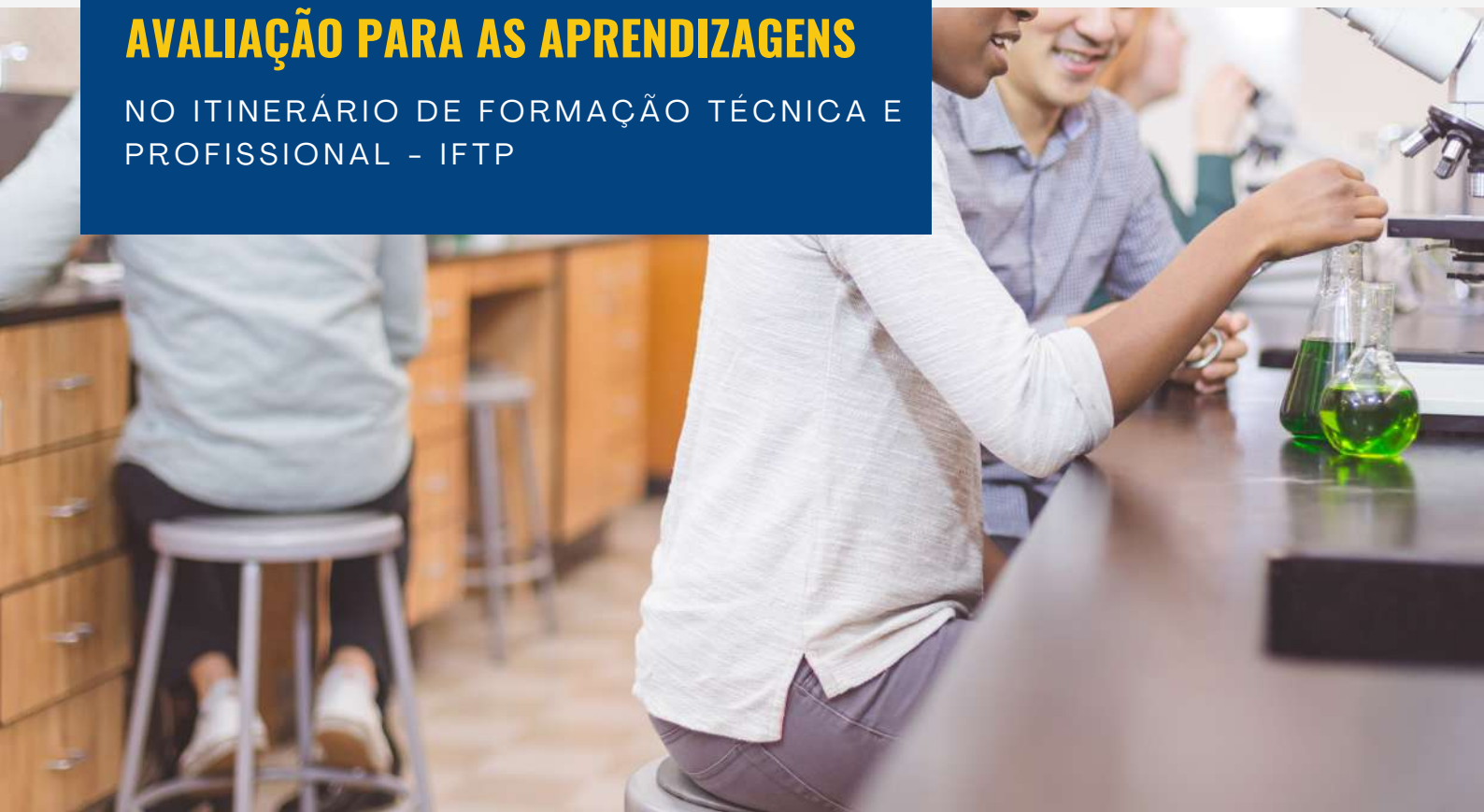
Assim sendo, o processo avaliativo no Itinerário Integrador considera o desempenho do estudante no desenvolvimento das competências e habilidades previstas para a unidade curricular do Itinerário Integrador, assim como a sua frequência, mínimo de 75%, nos termos previstos no Art. 224 do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Ademais, deve-se considerar, na construção dos processos do Itinerário Integrador, a possibilidade de encaminhamento do estudante para cursar Projeto Interventivo a ser desenvolvido de maneira concomitante às ações previstas pela organização da oferta da Educação em Tempo Integral, com vistas a sanar eventuais fragilidades de aprendizagem durante o seu percurso formativo e oferecer oportunidades para que amplie seus conhecimentos e garanta sua permanência e continuidade dos estudos.

Para além disso, os estudantes que apresentarem desempenho final Envolvimento Regular (ER) na unidade curricular ou nos Projetos Pedagógicos de Matemática e Língua Portuguesa devem ser encaminhados para cursar a mesma ou outra unidade curricular ou Projeto Interventivo, sem prejuízo de seu prosseguimento de estudos.

AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS

NO ITINERÁRIO DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL - IFTP



Para o Itinerário de Formação Técnica e Profissional - IFTP, são necessários instrumentos/procedimentos avaliativos diversificados, tais como: estudos de caso, pesquisas, visitas de campo, demonstrações, exposições, simulações, além daquelas compreendidas como práticas laborais, que são visitas, excursões técnicas, experimentos, atividades específicas em ambientes especiais, projetos de exercício profissional efetivo e intervenções sociais.

A utilização de instrumentos/procedimentos diversificados em cada unidade curricular possibilita que a avaliação assuma plenamente suas funções formativa, diagnóstica e somativa, viabilizando o desenvolvimento de competências e habilidades nas diversas situações de aprendizagem, sobretudo a competência profissional. Essa competência consiste na capacidade pessoal de mobilizar, articular, integrar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que permitam responder intencionalmente, com suficiente autonomia intelectual e consciência crítica, aos desafios do mundo do trabalho.

Para a verificação do aproveitamento escolar, deve-se prever o uso de instrumentos/procedimentos diversificados para cada unidade curricular, por período letivo, possibilitando a avaliação do estudante de forma cumulativa e

processual, bem como a verificação do domínio, pelo estudante, de determinadas habilidades e conhecimentos que se constituem em condições indispensáveis para o exercício profissional e/ou para prosseguimento nos estudos.

Os estudos de recuperação constituem parte integrante dos processos de ensino e de aprendizagem e têm como princípio básico o respeito à diversidade de características, de necessidades e de ritmos de aprendizagem de cada estudante. Por consequência, para os estudantes que não obtiveram rendimento satisfatório, será ofertada recuperação contínua e paralela às atividades de aprendizagem, executada pelo docente da unidade curricular em que se detecta(m) o(s) déficit(s).

O docente acompanhará individualmente o estudante, estabelecendo, para isso, horários diferenciados e atividades extras, com vistas à realização de novos estudos apenas dos conteúdos e objetivos educacionais não consolidados, intencionando-se, assim, alcançar aprendizagens reais e não apenas a consecução de notas mínimas.

O processo avaliativo deve ser contínuo e paralelo, permitindo identificar e corrigir possíveis dificuldades ao longo do período letivo, constituindo-se em reforço da aprendizagem. O docente deve estabelecer estratégias para recuperação, adotando critérios para os estudantes com baixo rendimento nas atividades. Se o estudante não alcançar os objetivos de aprendizagem, terá o direito de cursar novamente a unidade curricular em outro período letivo, sem prejuízo na continuidade do curso nas demais unidades curriculares, para as quais o conhecimento não alcançado não se constitui como pré-requisito.

Caso seja possível, o estudante poderá fazer no módulo seguinte à unidade curricular em que foi retido, em outro turno ou como atividades não-presenciais. Para isso, a equipe pedagógica do curso, junto ao docente da unidade curricular, promoverá novas estratégias didáticas e utilização de diferentes instrumentos/procedimentos avaliativos, com o objetivo de promover as aprendizagens e evidenciar os avanços dos estudantes.

Os objetivos de aprendizagem a serem alcançados devem contemplar, apenas, apenas os objetivos em prol daquilo que, porventura, não foi devidamente evidenciado.

Nessa perspectiva, o estudante só precisa refazer a unidade curricular em que não obteve êxito.

PROJETO INTERVENTIVO

UNIDADE CURRICULAR PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS



A elaboração e desenvolvimento do Projeto Interventivo deve ser, inicialmente, de responsabilidade dos docentes, sem, contudo, isentar a participação efetiva de toda a comunidade escolar, que favorece o uso de atividades, espaços e tempos escolares flexibilizados diante da heterogeneidade do ambiente escolar.

O Projeto Interventivo, no contexto do Novo Ensino Médio, figura como unidade curricular que visa a recuperação de conhecimentos necessários para o alcance dos objetivos das aprendizagens. Suas estratégias precisam ser diversificadas e diferenciadas daquelas desenvolvidas na sala de aula, com base, principalmente, nos pressupostos da pesquisa-ação.

Após análise dos resultados obtidos por meio de avaliações diagnósticas, os docentes ressignificam a sua prática, considerando a realidade em que atuam e tomando estes conhecimentos como ponto de partida para o Projeto Interventivo. Há de se considerar, ainda, que o Projeto Interventivo não possui caráter de correção da incompatibilidade idade/série, sendo unidade curricular com função de recuperação das aprendizagens não alcançadas.

O próximo ponto a ser considerado, após a identificação da situação problema e da verificação da necessidade de intervenção complementar para que as aprendizagens ocorram, é a elaboração escrita do Projeto Interventivo.



A fase exploratória do Projeto Interventivo consiste na definição da situação problema inicial e dos objetivos para os estudantes contemplados. Nessa fase, discute-se a metodologia mais adequada, a temporalidade e as estratégias pedagógicas, considerando os objetivos a serem alcançados por cada estudante.

A inclusão do Projeto Interventivo na grade curricular do estudante é inserida no lugar de Eletiva de Itinerário Formativo. Caso os docentes da Área do Conhecimento, durante Conselho de Classe, indiquem a possibilidade, o Projeto Interventivo pode ser substituído por Eletiva de Itinerários Formativos, desde que esta trabalhe os objetivos de aprendizagem, junto aos estudantes que apresentaram necessidade de intervenção.

O Projeto Interventivo pode ser desenvolvido de forma presencial ou a distância, (EaD), mediante normativos que garantem esta oferta e viabilidade de carga horária para o estudante.

O atendimento aos estudantes em Projeto Interventivo pode oferecer atividades no turno escolar, presencialmente, e/ou no turno contrário, de forma remota, de acordo com a realidade social da comunidade em que a unidade escolar está inserida e a organização da grade curricular do estudante.

Os processos avaliativos perpassam por todo o Projeto Interventivo, a partir das análises e reflexões feitas pelo docente, como também das críticas e sugestões dos estudantes. Ela deve presumir o uso de metodologias ativas, que pressupõem a presença de dialogicidade, observações diárias da participação dos estudantes bem como analisar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes na sequência de atividades trabalhadas.

Por fim, ao final do Projeto Interventivo, faz-se necessário o registro do resultado no diário de classe, por meio das menções:

- Envolvimento Pleno (EP) ✓
- Envolvimento Satisfatório (ES) ✓
- Envolvimento Regular (ER) ✓

PROJETOS PARA RECUPERAÇÃO CONTÍNUA DAS APRENDIZAGENS

DURANTE O PROCESSO



Os Projetos para Recuperação Contínua das Aprendizagens têm a função de desenvolver os objetivos de aprendizagem ainda não alcançados pelo estudante em um componente curricular da FGB ou em uma unidade curricular Eletiva, podendo ser desenvolvido em dois momentos durante o semestre letivo:

- 1 após o término do semestre, no caso de o estudante com menção Envolvimento Regular (ER) em uma Eletiva; e/ou
- 2 no caso de o estudante ter sido aprovado na FGB, mas ainda apresenta a necessidade de alcançar determinados objetivos de aprendizagem.

Os Projetos para Recuperação das Aprendizagens são espaços/tempos para novas estratégias pedagógicas, a fim de favorecer o alcance dos objetivos de aprendizagem não alcançados.

O Projetos devem considerar as particularidades dos estudantes, suas necessidades, bem como habilidades que possam ser potencializadas, de forma a possibilitar novas aprendizagens. Sugere-se explorar estratégias diferenciadas, ainda não utilizadas no cotidiano da sala de aula e que envolvam oralidade, pesquisa, escrita e o amplo debate entre os estudantes,

RECUPERAÇÃO FINAL DA SÉRIE



A Recuperação Final deve ocorrer de acordo com o Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Esta recuperação é desenvolvida após o término da cada série para os estudantes que não obtiveram aproveitamento suficiente nas médias de até três componentes curriculares ou unidades curriculares. O estudante que tiver aproveitamento insuficiente em mais de três componentes ou unidades curriculares pode realizar a Recuperação Final a critério do Conselho de Classe, mediante análise circunstanciada de cada caso. O estudante não terá direito à Recuperação Final caso tenha frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da série.

A Recuperação Final deve utilizar diferentes instrumentos e procedimentos avaliativos com o objetivo de promover a aprendizagem e evidenciar os avanços dos estudantes.

O estudante é promovido quando, após a Recuperação Final, obtiver em cada Componente Curricular nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos ou atingir o objetivo de aprendizagem da Unidade Curricular.

A nota da Recuperação Final substitui o resultado anterior, expresso pela média final, se maior.

Observações

- ✓ A recuperação final aplicada à 1ª série tem fins de recuperação das aprendizagens com substituição de resultados.
- ✓ O estudante que não obtiver resultado, igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos, segue em Progressão Continuada da 1ª série para a 2ª série.
- ✓ A recuperação final aplicada à 2ª série tem fins de recuperação das aprendizagens com possibilidade de retenção, caso não haja resultado igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos para substituição de resultados.
- ✓ O estudante que não obtiver resultado, igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos, segue em Progressão Parcial da 2ª série para a 3ª série, observado o regime de dependência, segundo o Art. 224 do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.
- ✓ A recuperação final aplicada à 3ª série tem fins de recuperação das aprendizagens com possibilidade de retenção, caso não haja resultado igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos para substituição de resultados.
- ✓ O Conselho de Classe deve orientar, semestralmente, a composição das turmas para o semestre subsequente, considerando os estudantes que necessitam de recomposição das aprendizagens, entendidos como aqueles que:
 - durante o semestre em curso, não alcançaram os resultados esperados, por meio das estratégias para recuperação contínua das aprendizagens;
 - não melhoraram os resultados e, ainda, demonstram lacunas nas aprendizagens ao final da série;
 - estão em regime de dependência.
- ✓ O estudante em processo de aprendizagem deve ser enturmado em Projeto Interventivo que corresponda ao espaço pedagógico da Área do Conhecimento necessário para recuperação de aprendizagens não alcançadas na FBG e/ou no IF.
- ✓ O arredondamento de notas ocorre somente no lançamento da Média Final e na nota da Recuperação Final, conforme disposto no § 4º do Art. 184 do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, pelo próprio Sistema EducaDF.
- ✓ A decisão de promoção do estudante pelo Conselho de Classe, discordante do parecer do professor regente de determinado componente curricular e/ou unidade curricular, deve seguir o disposto no Art. 32 do Regimento, a fim de preservar o registro anteriormente efetuado pelo professor.

PROGRESSÃO E RESULTADOS FINAIS




RESULTADOS FINAIS

COMPONENTES CURRICULARES E ÁREAS DO CONHECIMENTO

Os resultados finais de cada Componente Curricular e da Área do Conhecimento devem ser registrados com notas, utilizando escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ITINERÁRIOS, TRILHAS E PROJETOS

Os resultados finais dos Itinerários Formativos, do Itinerário Integrador, do Itinerário de Formação Técnica e Profissional, das Trilhas de Aprendizagem e dos Projetos Interventivos e dos Projetos para Recuperação Contínua das Aprendizagens devem ser registrados por meio de menções, sendo distintas entre:

 **Itinerários Formativos, Trilhas e Projetos** - Menções dos Itinerários Formativos (IF), Itinerários Integradores (II), Projetos Interventivos e Trilhas de Aprendizagem:

- Envolvimento Pleno (EP)
- Envolvimento Satisfatório (ES)
- Envolvimento Regular (ER)

Ao final dos 6 semestres, o estudante que apresentar Média Final, na FGB, igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos e menção "Envolvimento Pleno (EP)", "Envolvimento Satisfatório (ES)" ou "Envolvimento Regular (ER)" nos Itinerários Formativos (IF), Itinerários Integradores (II), Projetos Interventivos e Trilhas do Conhecimento, exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco) do total de horas letivas, é Aprovado no Ensino Médio.



Itinerários de Formação Técnica e Profissional - Menções adotadas no Itinerário de Formação Técnica e Profissional - IFTP ao final de cada módulo:

- Apto (A)
- Não Apto (NA)

Ao final dos 6 semestres, o estudante que possuir a Média Final igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos, da FGB, e "Apto (A)", do Itinerário de Formação Técnica e Profissional (IFTP), exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco) do total de horas letivas, será Aprovado no Ensino Médio.

Para fins de aprovação na série, o estudante deve ter a frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) do total de horas estabelecidas para a série. Nos casos de unidades curriculares da educação técnica e profissional a frequência será aferida por unidade. A frequência é critério distinto das notas e menções aferidas, de modo que mesmo o estudante com resultados do processo de avaliação que permitam aprovação será reprovado se não possuir a frequência mínima.

O registro dos resultados da avaliação (menções) cabe ao docente, de acordo com o Plano de Curso aprovado.

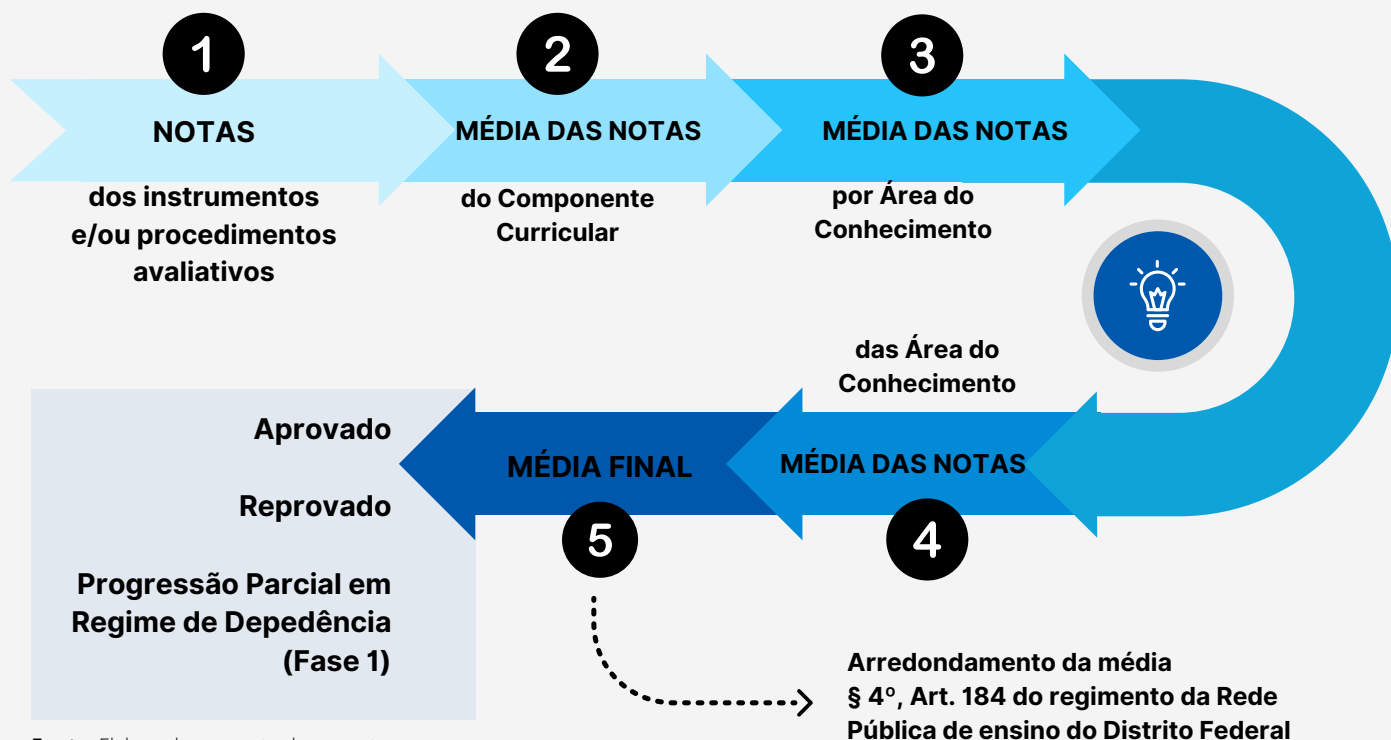


MÉDIA FINAL

NA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA

A média simples dos resultados provenientes dos instrumentos/procedimentos avaliativos, referente aos Componentes Curriculares da FGB, comporão a nota por Área do Conhecimento.

As notas das Áreas serão aferidas ao final de cada série e computadas em média simples para indicação da Média Final, conforme a seguir:



Fonte: Elaborada para este documento.

A Média Final na FGB é feita a partir das médias das notas das Áreas do Conhecimento, ao final de cada série, podendo, ao final da Fase 1 (2ª série), resultar na reprovação do estudante, caso este apresente média abaixo de 5,0 (cinco) pontos em três ou mais componentes curriculares.

Ressalta-se, no entanto, que é possível a aprovação mediante Progressão Parcial em Regime de Dependência em até dois componentes curriculares.

Ao final da Fase 2 (3ª série), caso o estudante apresente nota abaixo de 5,0 (cinco) pontos, em qualquer componente curricular, pode resultar em reprovação.

O componente curricular “**Língua Portuguesa**”, para efeitos de contagem na Média Final das Áreas do Conhecimento, será dissociado da Área de “Linguagens e suas Tecnologias”, por ser componente de valor social e educacional agregado e estruturante para a construção do conhecimento.

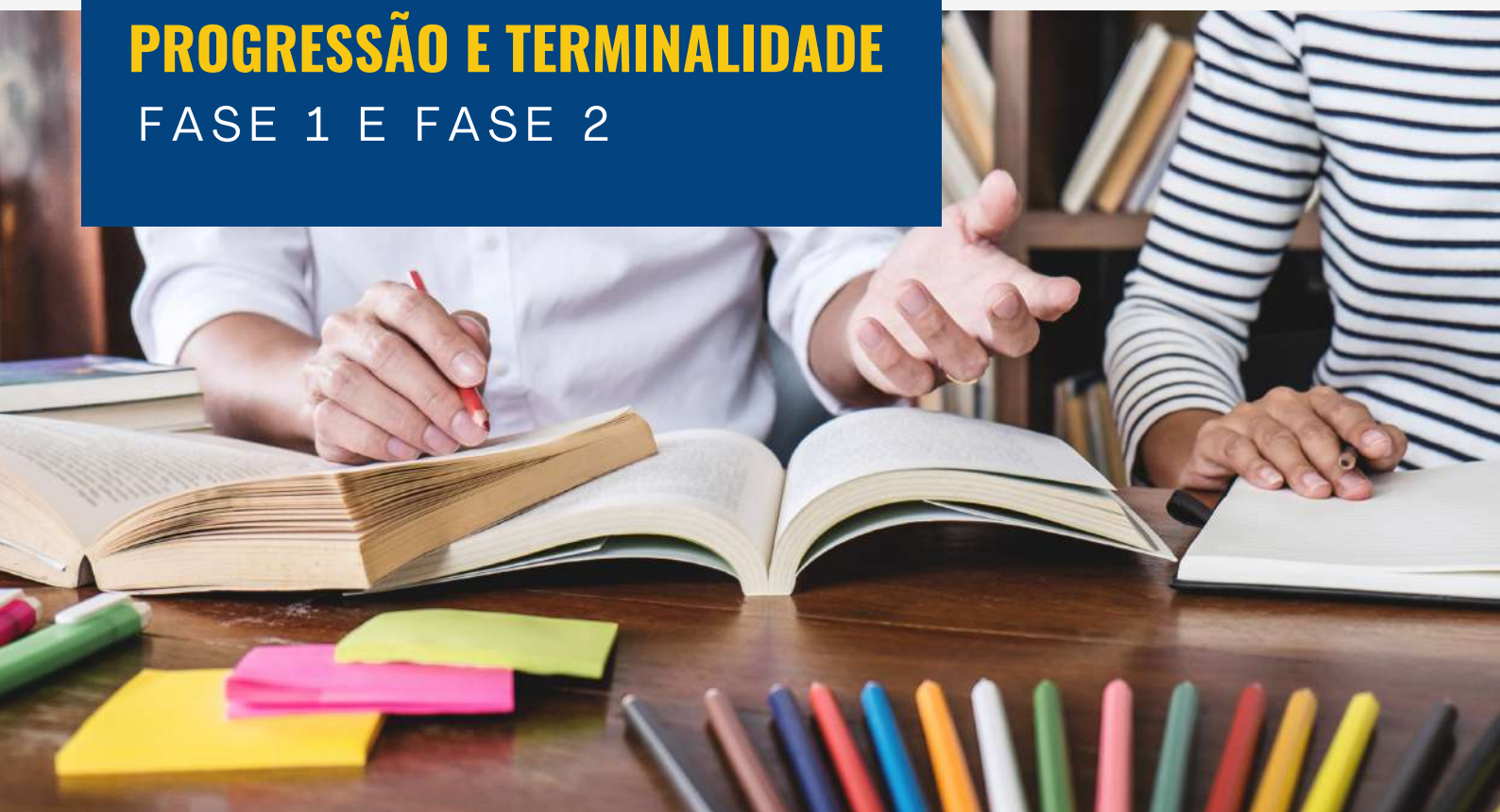
NOS ITINERÁRIOS, NAS TRILHAS E NOS PROJETOS

As menções dos Itinerários Formativos (IF), dos Itinerários Integradores (II), das Trilhas de Aprendizagem, dos Projetos Interventivos e do Projeto de Vida são computadas em média modal. A média final é a menção com maior frequência nos registros.

A Moda pode ser utilizada também para critérios de discussão do Conselho de Classe quanto à necessidade de intervenções ou indicação de eletiva ou projeto interventivo que aborde objetivos de aprendizagem equiparáveis.

PROGRESSÃO E TERMINALIDADE

FASE 1 E FASE 2



FASE 1

Os componentes curriculares da FGB geram notas e os Itinerários, Projetos e Trilhas geram menções.

Na Fase 1, os estudantes cursam a 1ª série (1º e 2º semestres) e a 2ª série (3º e 4º semestres). Nesta Fase, os estudantes são avaliados de acordo com a organização da oferta, com progressão continuada ao final da 1ª série.

Em caso de Média Final igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos, o estudante pode necessitar de intervenção para qualificar suas aprendizagens. Nesse caso, a equipe docente pode indicar sua participação em Projeto Interventivo, que contemple os objetivos não alcançados, e/ou em Projetos de Recuperação Contínua das Aprendizagens desenvolvidas na unidade escolar.

Caso a defasagem não seja severa, é indicado que o estudante participe de Eletiva que contemple os objetivos de aprendizagem previstos, bem como de Projetos para Recuperação Contínua das Aprendizagens.

Caso o estudante esteja distante de alcançar os objetivos de aprendizagem do componente curricular, é recomendado que este participe do Projeto Interventivo. Contudo, o estudante que apresentar média abaixo de 5,0 (cinco) pontos deverá, obrigatoriamente, ser indicado para participar de Projeto Interventivo.

Em caso de menção Envolvimento Regular (ER) em Itinerário Formativo, Itinerário Integrador, Trilha de aprendizagem e Projeto Interventivo, poderá ser indicada Eletiva que apresente os objetivos de aprendizagens equiparáveis aos não alcançados.

O estudante que não alcançou os objetivos de aprendizagem em Áreas do Conhecimento ou componentes curriculares da FGB deve ser aprovado sob Progressão Parcial em Regime de Dependência, considerando as situações explicadas no parágrafo anterior.

A equipe docente deve considerar que o estudante não segue da Fase 1 para a Fase 2 cursando mais de duas dependências. No caso de não conclusão de Itinerário Formativo, Itinerário Integrador, Trilha do Conhecimento e Projeto Interventivo, o Conselho de Classe indica se o estudante irá cursar, na Fase seguinte, unidade curricular Eletiva de Itinerário Formativo para recomposição das aprendizagens.

Ao final da Fase 1, para o estudante que alcançou os objetivos de aprendizagem, obtendo médias suficientes, o registro final na Fase será o de Aprovado, não cabendo, assim, possibilidade de retenção nas eletivas ou trilhas. Contudo deve-se considerar que os IF são a expressão dos aprofundamentos e flexibilização do currículo, sendo, então, passíveis de consideração em Conselho de Classe para critérios de reprovação ao estudante que não alcançar notas em 3 (três) ou mais componentes da FGB na Fase 1 ou um componente na Fase 2.

FASE 2

Na Fase 2, os estudantes cursam a 3ª série (5º e 6º semestres). Nesta Fase os estudantes são avaliados de acordo com a organização da oferta, com aprovação ou reprovação ao final.

Todos os componentes curriculares da FGB geram notas. Os Itinerários, Projetos e Trilhas geram menções.

Em caso de notas abaixo de 5,0 (cinco) pontos na FGB e menção “Envolvimento Regular (ER)” em Itinerário Formativo, Itinerário Integrador, Trilha de Aprendizagem e Projeto Interventivo, o estudante está passível de reprovação, a partir da reflexão e ponderação por parte do Conselho de Classe.

CONSELHO DE CLASSE



O Conselho de Classe, instância colegiada, deliberativa e, no caso do Conselho Participativo, composto pelo corpo docente, discente e comunidade escolar, deverá se reunir ao final de cada bimestre, bem como após a Recuperação Final, para análise dos processos de ensino e de aprendizagens, com vistas a intervenções em prol dos progressos de cada estudante, podendo, ainda, reunir-se extraordinariamente sempre que a unidade escolar compreender a necessidade.

O Conselho de Classe deverá analisar a jornada dos estudantes, à luz da avaliação formativa, considerando o estudante em sua totalidade e compreendendo o seu Projeto de Vida, como base no trinômio avaliação-ensino-aprendizagem.

O Conselho de Classe tem autonomia, dentro dos limites das normas educacionais e direitos a ele atribuídos, em suas decisões, sendo o responsável final pela indicação de Projetos Interventivos, Projetos para Recuperação das Aprendizagens, Progressão Parcial em Regime de Dependência e resultado final para terminalidade.

Como esta Fase é a última etapa da formação do estudante no Ensino Médio, requer maior atenção da equipe docente, ao longo processo, para oferta de intervenções sistemáticas e contínuas.

PERCURSO DO ESTUDANTE NO NEM

RESUMO



LEGENDA

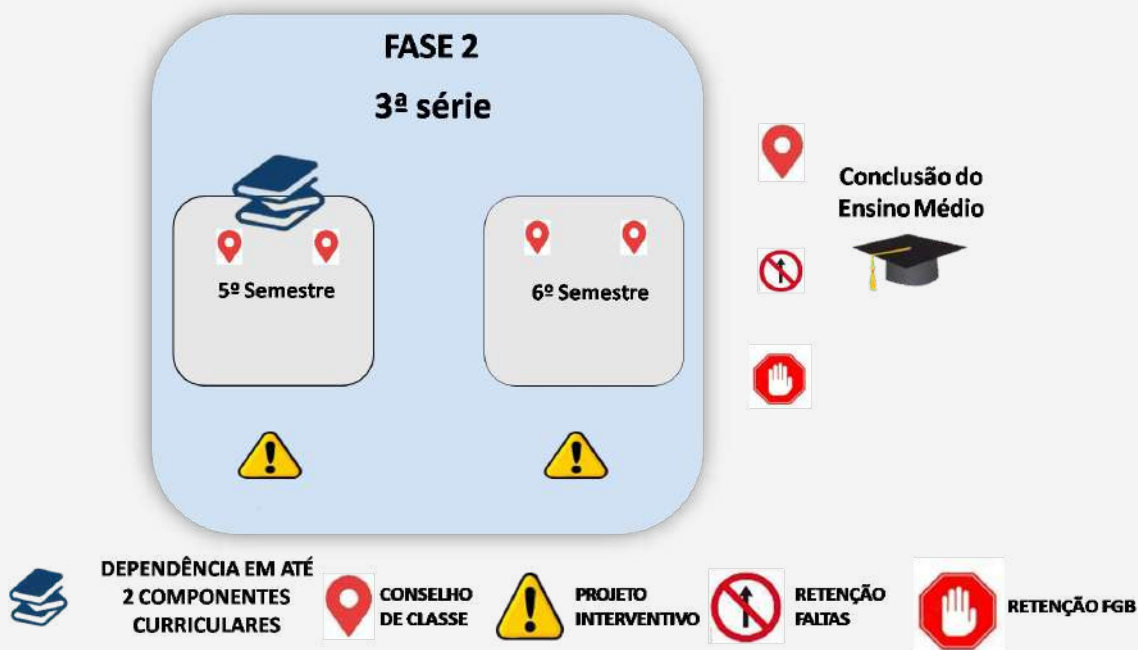


FASE 1



LEGENDA





Saber mais!



Projeto de intervenção na escola: mantendo as aprendizagens em dia
Benigna Maria de Freitas Villas Boas



Avaliar Para Melhorar as Aprendizagens: Análise e Discussão de Algumas Questões Essenciais - Domingos Fernandes

<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5664/1/Avaliar%20para%20melhorar...%20D.%20Fernandes.pdf>



A avaliação na escola - / Benigna Maria de Freitas Villas Boas

<https://gepaeufu.files.wordpress.com/2014/03/a-avaliac2bac3bao-na-escola-benigna.pdf>



Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais

<https://www.scielo.br/j/gp/a/bRkFgcJqbGCDp3HjQqFdqBm/?format=pdf&lang=pt>



Taxonomia de Blomm - Verbos

<http://www.univasf.edu.br/~brauliro.leal/ensino/PCC/5.VerbosDaTaxonomiaDeBlomm.pdf>

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. FREITAS, Luiz Carlos de. Currículo e avaliação. In: BRASIL. **Indagações sobre currículo**. Brasília: MEC/SEB. 2007.

FERNANDES, Domingos. Ensino e avaliação no ensino superior. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 223-238, maio-ago., 2016.

FERNANDES, Domingos. **Avaliação Sumativa**. Folha de apoio à formação - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Lisboa- Portugal: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, 2021.

PEREIRA, Maria Susley. A Avaliação no Bloco Inicial de Alfabetização: das orientações e ações da SEEDF ao trabalho nas escolas. 2015. 382f. **Tese (Doutorado em Educação)** – Faculdade de Educação – Universidade de Brasília- UnB, Brasília –DF.

SACRISTÁN, J. G. Avaliação no ensino. In: SACRISTÁN, G. J. ; PÉREZ, G. A. I. In: Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Projeto interventivo no bloco inicial de alfabetização no Distrito Federal: “projeto envolvente e que traz resultados a curto prazo”. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, v.20, n.35, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/6318>>. Acesso em: 13 fev. 2022.



<http://www.educacao.df.gov.br>



diem.subeb@edu.se.df.gov.br



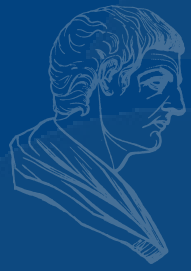
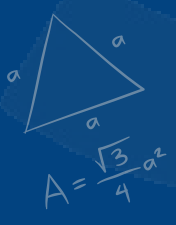
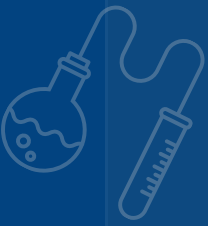
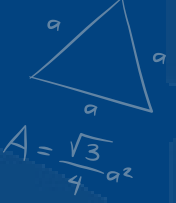
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal



$$V = \frac{4}{3} \pi r^3$$



$$x = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$



$$V = \frac{4}{3} \pi r^3$$



$$x = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$



**Secretaria
de Educação**

